

## Senador pede liberação de tráfego em reserva indígena de Roraima

**Data:** 06/03/2002  
**Fonte:** Folha de Boa Vista  
**Local:** Boa Vista  
**Link:** <http://www.folhabv.com.br>

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
data 6 13 2002
ced 319

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL) solicitou à Mesa Diretora do Senado Federal que tome providências administrativas para que o trecho da BR-174 (Manaus/Boa Vista), no perímetro da reserva indígena Waimiri-Atroari seja liberado ao tráfego por tempo integral. Caso isso não ocorra nos próximos 30 dias, o parlamentar afirmou que vai entrar com uma ação judicial para acabar com o que ele chamou de "verdadeiro apartheid étnico".

O trecho de 120 quilômetros da rodovia federal, que fica dentro da área Waimiri-Atroari, está aberto ao tráfego somente no período das 6 da manhã às 18 horas. Segundo informações do senador, transitam diariamente pela estrada cerca de 200 veículos.

Entretanto, no período da noite o acesso é permitido apenas para ônibus, caminhões com carga perecível, carros de emergência e para o transporte de enfermos. Ele também informou que durante os dias de festa ou feriados prolongados há uma flexibilização no horário permitido para o tráfego.

"Como é possível haver prejuízo à fauna e à flora ou à comunidade indígena, se já ocorre a liberação para passagem de veículos em determinadas circunstâncias?", pergunta indignado o parlamentar.

Por outro lado, Cavalcanti afirma não existir nenhum ato legal que ampare a interdição da rodovia. Na opinião dele, essa situação é um flagrante desrespeito ao direito de ir e vir que todo cidadão brasileiro tem. "Esta situação é visivelmente inconstitucional, é única em todo o país. Não existe nenhuma outra rodovia que tenha este tipo de controle", comentou.

O parlamentar afirma entender a preocupação em preservar e proteger a comunidade indígena. Porém, segundo ele, nada justifica interromper o tráfego e liberá-lo dependendo das circunstâncias. Como proposta alternativa, o senador quer que seja cobrado um pedágio no trecho da área dos Waimiri-Atroari e que os recursos arrecadados possam ser destinados para beneficiar as 17 comunidades indígenas da localidade.

Explicou que ao perguntar da Funai (Fundação Nacional do Índio) informações sobre a necessidade de liberação do tráfego na estrada, o órgão federal comunicou que não tinha nenhuma responsabilidade sobre a interdição da BR 174.

Ao mesmo tempo, Cavalcanti disse que obteve da Polícia Rodoviária Federal uma declaração de que a corporação só acompanha a rotina de interdição da estrada, em respeito ao costume já estabelecido visando à preservação dos interesses da comunidade indígena.

O administrador regional da Funai, Martinho Alves de Andrade Júnior, disse através de sua assessoria que não tinha nada a declarar sobre o assunto. Na sede da Polícia Rodoviária a reportagem da Folha recebeu a informação de que o inspetor responsável pelo órgão encontra-se viajando e não havia ninguém que poderia prestar esclarecimentos sobre o assunto.

### Indígenas são contra proposta

O coordenador do CIR (Conselho Indígena de Roraima), Jaci José Souza, afirma que a interdição do trecho da BR-174, entre Manaus/Boa Vista, dentro da reserva indígena é uma necessidade e um

dos mecanismos de sobrevivência dos Waimiri-Atroari.

O líder indígena disse que em hipótese alguma não dá para aceitar a proposta do senador para liberação da estrada. Uma das justificativas apresentadas pelo coordenador do CIR é o número elevado de acidentes ocorridos em outro trecho da BR-174, no trecho norte. Segundo ele, nos últimos meses, nove indígenas foram mortos vítimas de acidente rodoviário no perímetro entre o município de Boa Vista e Pacaraima, onde está localizada a Reserva São Marcos. "Como naquele trecho não existe um controle rigoroso, principalmente no período noturno, acontecem muitos acidentes. O livre acesso está pondo em risco a vida de muita gente, por isso somos totalmente contra a liberação do trecho que fica dentro da Terra dos Waimiri-Atroari", justificou.

Quanto à proposta de cobrança de pedágio, Jaci Souza disse que é totalmente contra, porque dinheiro algum paga a vida de uma pessoa. Ele confirmou que nos próximos dias fará uma visita às lideranças da comunidade Waimiri-Atroari, para, dentre outros assuntos, discutir a melhor forma dos indígenas preservarem a interdição da estrada.

A Apir (Associação dos Povos Indígenas de Roraima) também é contra a liberação integral do tráfego na BR-174. Segundo o presidente da organização indígena, Alfredo Firmino da Silva, desde o ano passado as lideranças da área São Marcos estão discutindo a possibilidade de interdição do trecho da estrada que passa por dentro da reserva.

"A gente está muito preocupado com o trânsito livre, pois tem causado muitos acidentes. Caso não consigamos a interdição no período da noite, queremos que pelo menos haja uma fiscalização mais rigorosa. Nossas comunidades localizadas na beira da estrada ficam sem qualquer segurança, principalmente nossas crianças correm risco de vida", desabafou.

**Sobreviventes** – Segundo historiadores, no início do século passado, a população estimada dos Waimiri-Atroari passava dos seis mil habitantes. Durante o período de construção da BR-174 esta etnia foi reduzida a uma população de 350 indígenas, "chegando num estágio de pré-extinção".

Entretanto, nos últimos anos, os Waimiri-Atroari conseguiram superar parcialmente as dificuldades que tiveram no contato com a sociedade envolvente e estão aumentando em número. Hoje, somam mais de 800 indígenas.

Pablo Sérgio

**Copyright © 2001 Amigos da Terra - Amazônia Brasileira. - Todos os direitos reservados.**